



Metrobus Transporte Coletivo S/A.							
Desmonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de Dezembro de 2021							
Metrobus Transporte Coletivo S/A							
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro							
Em Reais Mil							
	Notas explicativas	2021	2020		Notas explicativas	2021	2020
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.663	126	Fornecedores	10	5.014	8.606
Contas a receber	4	4.673	15.525	Salários e encargos sociais	11	2.971	4.311
Estoques	5	3.147	735	Impostos e contribuições a recolher	12	13.520	14.463
Adiantamentos	6	268	527	Contas a pagar	13	8.561	10.236
Impostos e contribuições a recuperar	7	-	16				
		18.751	16.930			30.065	37.616
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências	14	23.954	20.744
Depósitos judiciais	8	7.367	7.507	Impostos e contribuições a recolher	12	5.950	6.953
		7.367	7.507			29.904	27.697
Investimentos		51	51				
Imobilizado	9	34.003	41.419	Patrimônio líquido	16		
		34.053	41.470	Capital social (a)		221.702	221.702
				(-) Capital social a integralizar		-	-
				Reservas de lucros		86	86
				Reservas de reavaliação		6.820	6.896
				Prejuízos acumulados		(228.406)	(228.091)
						203	594
Total do ativo		60.172	65.907	Total do passivo e patrimônio líquido		60.172	65.907
As notas explicativas da administração são partes integrante das demonstrações contábeis							
Demonstrações do Resultado							
Exercícios findos em 31 de dezembro							
Em Reais Mil							
15) Composição das Contas de Resultados					Notas explicativas	2021	2020
Receita líquida de vendas de serviços							
Transporte Operacional				a1	49.432	48.824	
Permissionários					1.066	1.135	
Receita de Subvenção Economica				a2	39.773	17.400	
Venda de Ativo Imobilizado				a4	14.648	-	
Deduções de vendas de Serviços					(1033)	(1018)	
Outras					21.988	1.430	
					125.874	67.771	
Receita líquida de vendas de serviços							
Custo dos serviços prestados				b1	(74.766)	(64.409)	
					51.108	3.362	
Prejuízo/ Lucro bruto							
Receitas e despesas operacionais							
Despesas administrativas, e tributárias				b2	(22.324)	(10.369)	
Causas Cíveis, Trabalhistas e Tributárias					(39.352)	(7.193)	
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas					10.571	134	
Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro					3	(14.065)	
Resultado financeiro							
Despesas financeiras				b3	(476)	(318)	
Receitas financeiras					81	106	
					(395)	(212)	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social							
Imposto de Renda e Contribuição Social					(392)	(14.277)	
(Prejuízo) líquido do exercício					(392)	(14.277)	
As notas explicativas da administração são partes integrante das demonstrações contábeis							
Demonstração do resultado abrangente							
Em Reais Mil							
						2021	2020
Pejuízo do exercício						(392)	(14.277)
Realização da reserva de reavaliação						76	83
Resultado abrangente total						(316)	(14.194)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis							
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido							
Em Reais Mil							
	Capital social	Reserva de lucros	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total		
	Subscrito	A integralizar					
Em 31 de dezembro de 2018	224.493	(7.337)	86	7.061	(194.856)	29.447	
Integralização de capital	-	4.547	-	-	-	4.547	
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(82)	82	-	
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(19.123)	(19.123)	
Em 31 de dezembro de 2019	224.493	(2.790)	86	6.979	(213.897)	14.871	
Reversão do capital a integralizar	(2.790)	2.790	-	-	-	-	
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(83)	83	-	
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(14.277)	(14.277)	
Em 31 de dezembro de 2020	221.703	-	86	6.896	(228.091)	594	
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(76)	76	-	
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(392)	(392)	
Em 31 de dezembro de 2021	221.703	-	86	6.820	(228.406)	203	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis							
Demonstrações dos fluxos de caixa							
Exercícios findos em 31 de dezembro							
Em Reais Mil							
		2021	2020				
Fluxo de caixa das atividades operacionais							
(Prejuízo) do exercício		(392)	(14.277)				
Depreciação e amortização		7.517	11.387				
Resultado pela baixa do Imobilizado		-	-				
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas		3.210	3.771				
		10.335	881				
(Aumento) diminuição de ativos							
Contas a receber		10852	785				
Estoques		(2.412)	106				
Impostos a recuperar		16	14				
Depósitos judiciais		1	-				



Adiantamentos	259	(288)
	8.715	1.910
Aumento (diminuição) de passivo		
Fornecedores	(3.592)	81
Impostos e contribuições a recolher	(1.945)	(856)
Salários e encargos sociais	(1.341)	(2.382)
Contas a pagar	(1.675)	2.619
	(8.533)	(538)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	10.497	2.253
Atividades de investimentos		
Venda de bens do ativo imobilizado	1498	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(1.458)	(2.656)
Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimentos	40	(2.656)
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital	-	-
Caixa Líquido das atividades de financiamentos	10.537	(403)
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	10.537	(403)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	126	529
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	10.663	126
	10.537	(403)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Metrobus Transporte Coletivo S.A., constituída em 29 de dezembro de 1997, é uma empresa de economia mista, que tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros no município de Goiânia, mediante contrato de concessão.

Em 20 de abril de 2011, foi celebrado entre a Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo – CMTC e a Metrobus Transporte Coletivo S.A, novo contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros correspondente ao lote nº 01 do sistema integrado de transporte da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (SIT-RMTC). O prazo do referido contrato é de 20 anos contados da data de sua assinatura.

Em 06 de agosto de 2014, foi celebrado entre as Empresas Metrobus Transporte Coletivo S.A., Rápido Araguaia Ltda., Viação Reunida Ltda., Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, com intervenção do Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos da Grande Goiânia-Consórcio RMTC, e Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia – Setransp, instrumento de Acordo Operacional “Subsistema Anhanguera”, para extensão dos serviços da linha estrutural do Eixo Anhanguera, pela Metrobus Transporte Coletivo S.A., alcançando o perímetro urbano dos municípios de Trindade, Goianira, e Senador Canedo. O prazo de vigência do referido acordo é de mesmo período de vigência do contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros mencionado no parágrafo precedente, e o rateio da receita tarifária do Subsistema Anhanguera previsto no item 8.4 do Acordo Operacional será na mesma proporção do quantitativo de alocação de frota para prestação dos serviços; 75,00% para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 12,50% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 10,38% para a Empresa Viação Reunidas Ltda., e 2,12% para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás.

Em 14 de outubro de 2014, a Carta Conjunta nº EA-009/2014, suspende o critério de rateio definido no item 8.4 do Acordo Operacional de 06 de agosto de 2014, e insstitui a novo critério de rateio que passa a ser com base na receita média de cada concessionária, calculada com base nos últimos 06 meses, obedecendo aos seguintes percentuais, 47,30% para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 26,35% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 14,12% para a Empresa Viação Reunidas Ltda., 8,50% para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, e 3,73% para a Empresa HP Transportes Ltda.

Em janeiro de 2016, a Companhia passou a integrar ao Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos – Redemob para de forma conjunta e compartilhada: a) prestar os serviços de provimento, manutenção e operação de uma central de controle operacional, b) prestar serviços de provimento manutenção e operação dos serviços de informação metropolitana, e ii) prestar serviços administração, operação, manutenção, limpeza, segurança e exploração comercial dos terminais de integração. Em 2018 a Companhia participou com os seguintes percentuais sobre as receitas e despesas geradas pelo Consórcio: i) 27,31% (janeiro a agosto), 26,02% (setembro a novembro) e 7% (dezembro). Conforme proposta de Deliberação nº 04/2018 de 19/10/2018 da Redemob Consórcio, a partir de dezembro 2018 o modelo de rateio de despesas de “custeio do consórcio” foi alterado pelo modelo de custeio consolidado do Sitpass e Consórcio no percentual de 15% (Sitpass 8% e consórcio 7%) sobre o montante da receita operacional bruta de cada concessionária RMTC, vinculadaa Redemob Consórcio. A partir de 2020, conforme Proposta de Deliberação (PD) nº 006/2019 da Redemob Consórcio ficou deliberado o custeio de 14% (Sitpass 8% e consórcio 6%), sobre valor atribuído a Metrobus do SMA,

A Companhia vem apresentando prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro. A manutenção da atividade operacional, econômica e financeira da Metrobus Transporte Coletivo S/A depende, fundamentalmente, da reestruturação operacional, administrativa e financeira da companhia. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação do COVID-19. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico.

O Estado de Goiás, em atenção às orientações do Ministério da Saúde, publicou o Decreto nº 9.633 de 13 de março de 2020, e reconheceu, igualmente, o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, impondo confinamentos e outras restrições para combater o vírus, o que resultou em uma queda da receita operacional da companhia na ordem de 63,11%. Para manutenção das atividades da companhia o acionista majoritário “Governo do Estado de Goiás” através da Lei de Subvenção 20.733 de 17 de janeiro de 2020, e alterada pela Lei 20.818 de 27 de julho de 2020, aprovou para a Metrobus o montante de R\$ 18.700.000,00, (Dezoito milhões e setecentos mil reais). As subvenções econômicas autorizadas destinam-se ao para a cobertura dos déficit de manutenção das estações mencionadas, consoante art. 18 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Conforme valor aprovado de subvenção, e por conta da pandemia a empresa recebeu durante o ano de 2020 do acionista Estado de Goiás o montante de R\$ 17.400.000, (Dezesseis milhões e quatrocentos mil reais).

Em 2021 a Companhia recebeu 39.772.822,54 (Trinta e nove milhões setecentos e setenta e dois mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

Com a pandemia que veio a mexer com todas as atividades das empresas, se tornando perca de arrecadação em todos os seguimentos, o transporte coletivo não foi diferente, para manter a empresa operando no sistema, o SET que representa as concessionárias de transporte coletivo da região Metropolitana de Goiânia abriu um processo junto ao Governo do Estado de Goiás, solicitando o Plano emergencial para cobrir o déficit das Companhias, e com a aprovação do Governo todas as empresas estão sendo beneficiadas com este projeto, inclusive a Metrobus.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros, que quando aplicável, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das po-

líticas contábeis da Companhia.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 4 - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

Nota Explicativa nº 9 - Vida útil do imobilizado.

Nota Explicativa nº 14 - Provisão para contingências riscos cíveis e trabalhistas.

As demonstrações contábeis da Metrobus Transporte Coletivo S/A foram aprovadas pela Administração em 19/04/2022, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após a data de encerramento de 31 de dezembro de 2021.

Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá suprir a deficiência de capital de giro e obter com base em uma expectativa razoável a reestruturação operacional, administrativa e financeira da Companhia.

Pronunciamentos novos e revisados

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC's/IFRS vigente a partir de 2021 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa e depósitos bancários.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber, direito a receber e caixa e equivalentes de caixa.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos das transações são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa de investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em despesas financeiras, no período em que ocorrem. Na data base dos balanços não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação das normas contábeis. Os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras.

2.4 Contas a receber

As contas a receber são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. Tal avaliação é baseada na análise individualizada, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.5 Estoques

Os estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada fixa.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 9.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

A média de vida útil do principal ativo imobilizado da Companhia, “Frota de Ônibus”, é de 12 anos, igualmente, a média de vida útil mencionada no contrato de concessão, para substituição do ativo.

2.7 Intangíveis

Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada de 5 anos.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação,

os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

No mínimo anual ou quando há indicativos de redução do valor recuperável de ativos, a Companhia elabora estimativa dos valores em uso das unidades geradoras de caixa e/ou dos valores justos líquidos de despesas de vendas. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Nenhuma evidência de perda foi identificada nos períodos apresentados.

2.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

2.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração as especificidades de suas operações.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.12 Contrato de concessão

Pela concessão dos serviços correspondentes ao lote nº01 Linha Eixo Anhanguera da Rede Metropolitana de Goiânia (RMG), contrato nº 001/2011, a companhia "Cessionária" pagara mensalmente a CMTC, a título de Parcela do Poder Concedente – PPC o valor correspondente a 2% (dois por cento) da sua receita operacional bruta arrecadada da cobrança das tarifas.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	10.663	126
	10.663	126

Caixa e Bancos, essa conta houve uma grande variação, devido a Companhia ser dependente através de subvenção econômica, a empresa recebeu recursos através de socorro emergencial, semi urbano, receita de operação esse saldo financeiro que será utilizado em 2022, os pagamentos são realizados pelo SIOFI, o que depende de estar com os recursos financeiros, para o momento da Liquidação.

4 Contas a receber

	2021	2020
Sitpass-subsídio Governo Estado de Goiás	-	1
Filial - C.M.T.C.	2.508	2.508
Repasso Estado Semi - Urbano Entorno de Goiânia	660	11.749
Outras contas a receber	5.268	4.739
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.495)	(3.471)
	4.941	15.525

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Metrobus Transporte Coletivo S.A. tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, neste seguimento a receita da prestação de serviços é reconhecida diariamente.

Relativamente ao crédito vinculado à Filial - CMTC, também lançado em Contas a Pagar, refere-se à déficit verificado quando da gestão, pela Companhia, do denominado Subsistema Alimentador Local, no período de 22/6/2003 a 31/8/2003. A responsabilidade pelo reembolso seria da CMTC, conforme deliberação do Poder Concedente, sendo essa a expectativa da Metrobus. Registre-se a existência de negociação tendente à celebração de eventual Termo de Encontro de Contas com a CMTC.

Quanto ao crédito "Repasso Estado Semi-urbano", decorre de diferenças apuradas quando do repasse do subsídio aos usuários das linhas semi-urbanas, cuja atribuição de intermediação era da Metrobus. Nesse caso a legislação que regula o reembolso à Companhia estabeleceu limites de valores inferiores ao que fora realizado, razão pela qual há expectativa na alteração de tal norma para que sejam regularizados os repasses à menor. Atualmente existe tratativa formal com órgão do Poder Executivo Estadual no sentido de alcançar solução para recomposição do valor em aberto. Com decorrer dos anos, não houve avanço para alterar esta norma, o que levamos ao conhecimento do conselho, o qual sugeriu que realizasse a baixa do referido crédito tributário, posteriormente foi aprovado pela Diretoria, conforme ata do dia 13/09/2021, para que pudéssemos baixar o crédito tributário, que pendurava desde o ano de 2005, sendo baixado o valor de R\$ 11.140 Mil. A companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas.

O saldo de "outras contas a receber" inclui valores decorrentes de créditos devidos por empresas prestadoras de serviços, em que a Companhia foi responsável solidaria em débitos trabalhistas movidos contra aquelas empresas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, com base na análise individual de cada devedor, realizada pelos consultores jurídicos, efetuou registro contábil de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	(3.471)	(3.205)
Novos registros	(24)	(266)
Saldo final	(3.495)	(3.471)
Estoque	2021	2020
Bens de Consumo – Operadora	3.097	719
Bens de Consumo Administração	49	16
	3.146	735

Os estoques são avaliados e demonstrados ao Custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição, o custo e determinado usando-se o método da média ponderada fixa, com a frota estando mais sucateadas requer mais reposição de peças, retífica de motores e caixa de câmbio, o que veio a aumentar nossos estoques.

6 Adiantamentos

	2021	2020
Férias e 13º Salário	173	200
Outros	95	327
	268	527

7 Impostos e contribuições a recuperar

	2021	2020
INSS Desoneração da folha	-	12
Outros impostos e contribuições	-	4
	-	16

8 Depósito Judiciais

	2021	2020
Saldo no início do período	7.507	8.800
Adições	2.217	781
Baixas/realizações	(2.357)	(2.074)
Saldo no final do exercício	7.367	7.507

Os referidos depósitos estão atrelados a processos trabalhistas e cíveis movidos contra Companhia.

9 Imobilizado

Composto pelos bens patrimoniais utilizados para geração de caixa da Companhia. A companhia monitora os aspectos trazidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e avalia o valor recuperável de seus ativos sempre que identifica indícios de que o valor contábil registrado é superior ao retorno esperado para seus investimentos, realizando provisão contábil sempre que necessário.

Na data de fechamento das demonstrações contábeis, a administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas, foram suspensos a depreciação de alguns veículos os quais se tornaram obsoletos.

A movimentação do imobilizado em 2021 é demonstrada a seguir:

Descrição	Taxas Anuais de Depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Imobilizado		34.002.745	1.483.592	(8.900.187)	41.419.340
Imobilizado Operadora		28.422.536	1.473.779	(7.574.345)	34.523.102
Operadora		141.605.249	1.458.228	-(140.853)	140.287.873
Equipamentos/Instalações		803.458	77.778	(4.130)	729.809
Movéis e Utensílios		370.028	46.989	(2.048)	325.087
Edificações		592.588			592.588
Terenos		442.429		(124.809)	567.238
Veículos de Apoio		329.023	(6.070)	335.093	
Frota de Ônibus		1.165.000			1.165.000
Software-Programas		142.771		(3.796)	146.567
Frota de Ônibus Novos		137.041.198	1.319.309	(0,18)	135.721.889
Benefitorias		718.754	14.153		704.602
Movéis e Utensílios ADM					
Depreciação Acumulada		(113.182.713)	15.551	(7.433.492)	(105.764.770,97)
Equipamentos/Instalações		(694.782)	3.039	(18.511)	(679.310)
Movéis e Utensílios	10% a 40%	(291.796)	2.645	(13.452)	(280.989)
Edificações	4%	(276.672)	(23.704)	(252.968)	
Veículos de Apoio	7% a 20%	(324.312)	6.070	(345)	(330.037)
Frota de Ônibus	8% a 25%	(1.165.000)			(1.165.000)
Software-Programas		(142.771)	3.796		(146.567)
Frota de Ônibus Novos		(110.020.882)	0,06	(7.348.226)	(102.672.656)
Benefitorias em Propriedade de Teceiros		(266.498)	(29.254)	(237.243)	
Reavaliação		5.580.209	9.813	(1.325.842)	6.896.238
Operadora		8.068.595,87	-	(1.243.052)	9.311.648
Equipamentos/Instalações		139.652,98		(43)	139.696
Movéis e Utensílios		35.290,50	(431)	35.721	
Edificações		2.612.000,00			2.612.000,00
Terenos		4.375.472,99		(1.233.289)	5.608.762
Veículos de Apoio		99.228,00			99.228
Frota de Ônibus		799.500,00		(5.500)	805.000
Software-Programas		7.451,40		(3.790)	11.241
Depreciação Acumulada		(2.488.387,34)	9.813	(82.789)	(2.415.411)
Equipamentos/Instalações	1,3% a 70%	(139.652,98)	92	(49)	(139.696)
Movéis e Utensílios	10% a 40%	(35.290,50)	431		(35.721)
Edificações	2% a 4%	(1.407.264,46)		(82.740)	(1.324.524)
Veículos de Apoio	7% a 20%	(99.228,00)			(99.228)
Frota de Ônibus	8% a 25%	(799.500,00)	5.500		(805.000)
Software-Programas		(7.451,40)	3.790		(11.241)

10. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores no país	5.013	8.605

A Administração da Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2021 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras, no exercício de 2021 a Companhia conseguiu baixar seu passivo com os fornecedores, principalmente com a quitação dos débitos dos IPVA's, junto ao Detran-GO.

O vencimento das obrigações com fornecedores esta limitado no prazo de 12 meses.

11. Salários e encargos sociais

	2021	2020
I N S S	942	1.880
Salários a pagar	64	79
Provisão de férias	1.964	1.888
	2.970	3.847

12 Impostos e contribuições a recolher

	2021	2020
Circulante		
COFINS	3	3
PIS/PASEP	1	1
I S S Q N (a)	7.041	7.146
REFIS Municipal -ISSQN Parcelamento (a)	5.132	5.132
INSS Retenções	23	2
Outros Impostos e contribuições a recolher (d)	1.320	2.179
	13.520	14.463
2021	2020	

Não Circulante

Parcelamento PGFN LEI 11.941 (b)	2.398	2.471
Parcelamento PGFN LEI 12.996/14 (b)	3.262	3.219
Parcelamento convencional INSS (c)	290	2.423
	5.950	8.113

(a) A Companhia pleiteia na justiça a legalidade da incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza sobre a receita da prestação de serviços no transporte coletivo de passageiros. Conforme



parecer dos consultores jurídicos, a Companhia tem grandes possibilidades de êxito nas ações que discutem o mérito da questão.

(b) Em 2017, a Companhia aderiu ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) nos termos da Lei 13.946 de 24 de outubro de 2017, com o objetivo de inclusão e liquidação dos débitos inscritos na Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, mediante benefícios com redução de juros, multas e encargos legais, bem como utilização de créditos e prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido.

Na data da consolidação, em decorrência de problemas no sistema eletrônico de dados da PGFN, os débitos da Companhia junto a PGFN não foram consolidados. A Administração tomou as providências para que ocorresse a consolidação de forma manual, mediante pedido administrativo enviado para a PGFN.

Sendo que na data de encerramento do exercício a PGFN excluiu nosso parcelamento, que até o presente momento, o órgão alegava não possuir mecanismos para efetuar a consolidação dos débitos, inclusive fomos notificados a negociar os débitos pendentes, sob pena de perder os benefícios da Lei 13.946 de 24 de outubro de 2017, foi feito o recolhimento do saldo remanescente do pedágio dos 5%, e que o restante iria ser pago com prejuízo fiscal em uma única parcela, entramos com recurso administrativo paravoltar à adesão ao PERT com todos os benefícios a nos concedidos pela Lei.

(c) Parcelamento convencional do INSS, parcelados em 60 parcelas o qual houve uma redução pelos pagamentos efetuados no decorrer do exercício, e saldo transferido do Longo para o Curto prazo, sendo que em 31/12/2021 ficou restando 17 parcelas para finalizar o débito.

(d) Outros impostos e contribuições a recolher, com recursos da Subvenção Econômica do Estado de Goiás, conseguimos quitar o IPTU, que estava em aberto, junto a Prefeitura de Goiânia.

13 Contas a pagar

	2021	2020
Contas a Pagar Filial (a)	2.507	2.507
Acordos Judiciais	1.289	1.903
CIA Metropolitana de Transportes	3.937	4.361
SANEAGO	233	233
Outras	595	1.232
	8.561	10.236

(a) Refere-se a despesas diversas geradas pela administração do transporte Alternativo, instituído no exercício de 2003. Os resultados para fazer face àquelas despesas em montante igual encontram-se escriturados no ativo circulante, tais despesas decorrem da implementação e execução do Subsistema Alimentador Local, nos termos das Deliberações CDTC Nº032/2003 e 035/2003 (Poder Concedente), no período de 22/06/2003 a 31/08/2003, pela Metrobus Transporte Coletivo S/A.

14 Provisão para contingências

Conforme as avaliações de êxito fornecidas pelos assessores jurídicos e também das avaliações da administração da Companhia, foi constituída provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, conforme a seguir:

	2021		2020	
	Prognóstico de perda provável	Depósitos judiciais	Contingências líquidas depósitos judiciais	Contingências líquidas depósitos judiciais
Cíveis		7.940	5.681	2.259
17.112				
Trabalhistas	5.073	263	4.810	3.631
Tributário	10.940	-	10.940	-
	23.953	5.944	18.009	20.744

Em 31 de dezembro de 2021, o montante das contingências classificadas como "perda possível" por nossos assessores jurídicos, o qual não foi registrado provisão para riscos em conformidade com as regras contábeis vigente é de aproximadamente R\$1.220Mil para ações cíveis e R\$ 182 Mil para ações trabalhistas, e no decorrer do exercício foram realizados vários acordos, com uma variação de 2020 para 2021 de R\$ 3.209 Mil. O do ativo de R\$ 7.367 Mil refere-se aos depósitos judiciais.

A movimentação da provisão para perdas prováveis é como segue:

	2020				2021			
	Inicial	Transf.	Adições	Final	Inicial	Transf.	Adições	Final
Cíveis	14.897	-	2.215	17.112	17.112	-	-9172	7.940
Trabalhistas	2.076	-	1.555	3.631	3.631	-	1.442	5.073
Tributários	-	-	-	-	-	-	10.940	10.940
	16.973	-	3.770	20.743	20.743	-	3.210	23.953

15 Composição das contas de resultado

(a) Receita líquida de vendas de serviços

	2021	2020
Receita bruta	126.907	68.789
Impostos sobre as vendas	(1.033)	(1.018)
	125.874	67.771

Conforme artigo 1º da Lei 12.860 de 11 de setembro de 2013, as alíquotas do PIS e COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte público coletivo municipal de passageiros, por meio rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário foram reduzidas a zero. Conforme inciso III do artigo 7º da Lei 12.546/11, a partir de janeiro de 2012 o INSS parte Empresa passou a ser apurado com base na receita da prestação de serviços de transporte passageiros à alíquota de 2%.

(a1) Receita bruta de vendas de serviços

	2021	2020
Eixo anhanguera	526	889
Sistema de vale transporte	41.897	40.560
Repasso semi - urbano	7.009	7.374
Subvenção Econômica Lei Estadual 20.733/2020(a2)	39.773	17.400
Plano Socorro Emergencial Estado de Goiás(a3)	14.720	1.431
Plano Socorro Emergencial Prefeitura de Goiânia (a3)	7.268	-
Venda de Ativo Imobilizado (Dação de pagamento) (a4)	14.648	-
Permissionários	1.066	1.135
	126.907	68.789

(a2) Receita de Subvenção

A Companhia recebeu recursos de subvenção econômica, na ordem de R\$ 39.773 devido à pandemia, o que tornou inviabilizado, o sistema de transporte coletivo, para que pudesse colocar os carros para rodar, o que veio a dar um fôlego, para a sobrevivência da companhia.

A Lei 20.733 autorizou o poder executivo a conceder subvenção econômica a favor da Companhia para cobertura do déficit de manutenção e cobertura das despesas com pessoal e custeio, fazendo com que a empresa pudesse operar no sistema do eixo anhanguera.

(a3) Plano Emergencial

O Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia – Set, o qual Companhia é filiada, formalizou pedido junto ao Poder Concedente para obter auxílio emergencial, sendo que esse pedido foi para viabilizar todas as empresa do transporte coletivo de Goiânia e Grande Goiânia.

(a4) Venda de Ativo Imobilizado (Dação de Pagamento)

A Companhia realizou um acordo de uma Ação Cível, que pendurava desde 2012, onde a empresa Suécia Veículos S.A, pleiteava na justiça o recebimento de uma dívida na Ordem de R\$ 21.245 Mil, onde a Companhia realizou acordo em R\$ 16.006 Mil, dando como dação de pagamento uma área e o restante do pagos diretamente ao credor.

(b) Custos dos serviços vendidos

	2021	2020
Trafego(b1)	(54.633)	(49.268)
Manutenção	(16.745)	(11.922)
Setransp	(3.387)	(3.219)
	(74.765)	(64.409)

(b1)Trafego

	2021	2020
Pessoal	(18.625)	(18.276)
Materiais	(19.740)	(14.748)
Depreciação	(7.348)	(11.387)
Serviços de Terceiros	(5.129)	(1.519)
Consórcio REDMOB	(6.141)	(3.338)
	(56.983)	(49.268)

(b2) Despesas administrativas e tributárias

	2021	2020
Salários, encargos Sociais e outras	(8.068)	(7.732)
Contingências Cíveis e Trabalhistas (b2.1)	(30.122)	(7.192)
Contingências Tributárias (b2.2)	(9.230)	0,00
Materiais diversos	(686)	(492)
Serviços de terceiros	(1.621)	(1.492)
Perdas no recebimento de créditos (b2.3)	(11.183)	-
Outras despesas	-	(654)
	(60.910)	(17.562)

(b2.1)Contingências Cíveis e Trabalhistas

Justificativa:

Houve uma variação de R\$ 22.930 Mil, devido ingressos de novas ações ajuizadas no exercício de 2021, sendo:

AÇOS IMPERIAL COMÉRCIO DE FERROS LTDA

ALLEN LOHANNY CUNHA CASTRO

ANA VITÓRIA PEREIRA DE LIMA

ANTÔNIO CARLOS DA SILVA

DJANIRA LUIZA DA CONCEIÇÃO

EDILMARA PEREIRA ALVES

ESTADO DE GOIÁS

FAGNER SOUSA DE ALENCAR

GABRIEL DE SOUZA COTRIM

HIGOR JACOBINA LAGO

HIPERTELAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TELAS LTDA

JULIANA MARIA GOMES DO NASCIMENTO XAVIER

LESTE TRANSPORTE COLETIVO LTDA

LIDIA CAROLINA MARQUES MENDANHA E OUTROS

LM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA PINTURAS

AUTOMOTIVALTD

MARIA GOMES MACEDO

MARLENE DE LIMA SOARES FIRMINO

MEGA PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

MUNICÍPIO DE GOIÂNIA

NICOLE KEITY PEREIRA DA SILVA

SINEIBBY RESENDE RODRIGUES MOREIRA

SUECIA VEÍCULOS S/A

(b2.2) Contingências Tributárias

Foram incluídos R\$ 9.230 Mil de Contingências Tributárias, classificadas como provável referente a processos administrativos que se encontra sob-judice autuações de INSS DESONERAÇÃO DA FOLHA01/2017 a 12/2018 e IRPJ / CSLL, período de 2007 e 2008.

(b2.3) Perdas por recebimento de créditos

No exercício de 2021 tivemos uma perda de crédito, referente ao Semi-Urbano, Créditos credores duvidosos e prescrição decadal, no montante de R\$ 11.183.

(b3) Despesas financeiras

	2021	2020
Multas e Juros (*)	(366)	(268)
Outras despesas financeiras	(110)	(50)
	(476)	(3.054)

Refere-se basicamente a atualização monetária de impostos e contribuições federal.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital autorizado

A companhia estava autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 224.493 mil, mediante deliberação do conselho de administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preços de emissão. Esse valor equivale a uma quantidade total de 224.493 ações autorizadas, com valor nominal de R\$ 1, por ação, sendo que o prazo para integralização do Capital Social era até 25/01/2018, foi concedido um novo prazo que concedeu 24 meses para integralização do referido Aumento de Capital que se encerrou em 25/01/2020, sendo estornado da conta Capital Social a realizar o valor não integralizado de R\$ 2.790.029,53, a última deliberação de Aumento de Capital para a Companhia.

(b) Capital subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 221.702.474,55

17 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalência de caixa, contas a receber e contas a pagar fornecedores.

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são demonstrados por categoria. Demonstramos:

Ativos financeiros

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	10.663	126
Contas a receber	4.767	15.525
	15.430	15.651

Passivos financeiros

	2021	2020
Fornecedores	5.013	8.606
Contas a pagar	8.561	10.236
	13.574	18.842

17(a) Instrumentos Financeiros:

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis, não representam variações significativas em relação aos valores justos.

17 (b) Gerenciamento de riscos:

Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:

(a) Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em função de realização e liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento de liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pela área de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa, advindo da subvenção econômica, quando necessária, seja suficiente para a manutenção do seu cronograma.

grama de compromissos.

18 Eventos subsequentes – Efeito da COVID-19 nas demonstrações contábeis

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação do COVID-19. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico.

O Estado de Goiás, em atenção às orientações do Ministério da Saúde, publicou o Decreto nº 9.633 de 13 de março de 2020, e reconheceu, igualmente, o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, impondo confinamentos e outras restrições para combater o vírus e diversas empresas reduziram suas operações. O impacto final na economia global ainda é incerto.

A administração da Companhia vem gerenciando o tema da COVID-19 e estabeleceu alguns processos de monitoramento dos acontecimentos e avaliação regular da situação visando mitigar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações:

Cuidado com os colaboradores

A administração implementou: (I) medidas internas priorizando a saúde dos colaboradores de risco como os portadores de doenças crônicas e com idade superior a 60 anos, colocando colaboradores de férias, (II) editou a Resolução nº 01/2020, que determinou a flexibilização da jornada de trabalho, estabelecendo o regime de revezamento no âmbito administrativo da Companhia, (III) na área operacional, adotou sistemas de escalas, revezamento de turnos e alterações de jornadas, para reduzir fluxos, contatos e aglomerações de trabalhadores e usuários do transporte público de passageiros, de acordo com o Decreto nº 9.633 de 13/03/2020 do Governo do Estado de Goiás, (iv) adaptação das instalações físicas para dispor de mais espaço entre as pessoas e facilitando a circulação, e (v) intensificou as rotinas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais.

Impactos econômico-financeiros – prestação de serviço considerado essencial.

A atividade operacional da Companhia é considerada essencial, portanto, continua operando com a prestação de serviços no transporte coletivo de passageiros na região de Goiânia e região Metropolitana de Goiânia.

Em atendimento ao CPC 24 – Evento Subseqüente, a Administração da Companhia informa que ainda não é possível identificar alteração significativa nas atividades. Portanto, continua permanentemente avaliando a evolução da crise e os impactos que poderão ocorrer para isso, avalia que eventuais ajustes poderão ser necessários no futuro.

Dependência Econômica e Financeira pelo Controlador Estado de Goiás

Devido a Companhia apresentar prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro e visando a continuidade normal dos negócios e a preservação do seu ambiente operacional, partir de 2021, a Companhia torna-se dependente orçamentariamente do Estado de Goiás com a sua inclusão no orçamento fiscal do Estado, com essa dependência a companhia passou a ter que fazer uma inovação em todo sistema Administrativo, Financeiro e Contábil, sendo que uma das obrigações seria realizar todos os pagamentos por meio do SIOF, e o sistema contábil além da contabilidade societária, teremos que realizar a contabilidade pública do Estado de Goiás, o que se tornou uma nova rotina de trabalho a serem realizadas pela Companhia.

A Administração declara que aprovou e está de acordo com as Demonstrações Contábeis apresentadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

FRANCISCO CALDAS Diretor Presidente	MIGUEL ELIAS HANNA Diretor Financeiro
ANTÔNIO MÁRCIO MIGUEL Superintendente Financeiro/Contábil	VALDIVINO CORREIA DA SILVA Contador CRC/GO. Nº 9410

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021, compreendendo: Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, a Demonstração de Resultado Abrangente, as Mutações do Patrimônio Líquido e o Fluxo de Caixa, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas. Com base no Relatório da Auditoria Independente (Parecer), concluíram que os documentos examinados traduzem, realmente, a situação patrimonial e financeira da Empresa, estando estes em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, em consonância com o Art. 163 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Goiânia - GO, 27 de abril 2022.

MILTON ANTÔNIO ANANIAS JÚNIOR Membro	PEDRO SANT'ANGELO MARIANO Membro
---	-------------------------------------

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, analisou e aprovou as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021, compreendendo: Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, as Mutações do Patrimônio Líquido e os Fluxos de Caixa, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas. Tomando como base o Relatório da Auditoria Independente, concluíram que os documentos examinados traduzem a situação patrimonial e financeira da Empresa, estando estes, em condições de receberem aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Goiânia, 27 de abril de 2022

DORCILO RABELO Presidente do Conselho	
JOSÉ RUBENS MAGNINO Membro	RONAN ABREU REIS Membro
ANTENOR MITO FILHO Membro	LISANDRO COGO BECK Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2021

Aos

Acionista, Conselheiros e Administradores da
METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S.A.

1) Opinião com ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para Opinião com Ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária da METROBUS, em 31 de dezembro de 2021, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião com Ressalva

2.1) Teste de Impairment - CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos e Estudo para Reavaliação de Vida Útil - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.

Apesar da realização do inventário referente aos saldos de 31/12/2021, a METROBUS não efetuou o teste de impairment, para avaliação de eventuais perdas em relação ao saldo do seu acervo patrimonial, assim como não houve a realização de estudo para reavaliação da vida útil dos bens in-

tegrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações. Anteriormente a depreciação era calculada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal, já que não havia outro parâmetro vigente, no entanto, desde que se iniciou o processo de conversão da contabilidade aos padrões internacionais as depreciações deve seguir como base o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das novas bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado, de que trata a CPC 27.

3) Ênfase

3.1.) Continuidade operacional

Mantendo nossa opinião, enfatizamos que as demonstrações contábeis sob nosso exame foram preparadas pressupondo-se a continuidade normal das atividades da METROBUS. Entretanto, um cenário formado por contínuos e reiterados prejuízos, decorrentes da deficiência de capital de giro e da elevação da participação de capital de terceiros, dissiparam o "capital próprio", apresentado prejuízos acumulados de R\$ 228.406 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 228.091 em 31 de dezembro de 2020), de tal modo que os saldos de ativos apresentados no Balanço Patrimonial, podem não ser suficientes para a cobertura das "exigibilidades totais" em caso de uma eventual descontinuidade de suas atividades. Ressalte-se que o Estado de Goiás, enquanto acionista majoritário, vem apresentando os recursos necessários a manutenção das atividades operacionais da METROBUS (conforme Nota Explicativa nº 1 e Nota Explicativa a.2), considerando a importância da manutenção dos serviços públicos prestados pela Companhia.

4) Outros Assuntos

4.1 Relatório da Administração

A Administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Nesse sentido, não temos nada a relatar.

4.2 Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo Relatório de Auditoria foi emitido em 25 de junho de 2021, com opinião modificada acerca do ativo imobilizado.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da METROBUS continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a METROBUS ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da METROBUS são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da METROBUS.

✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da METROBUS. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a METROBUS a não mais se manter em continuidade operacional.

✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Forncemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Goiânia/GO, 22 de abril de 2022.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ nº 0029 - Registro CVM nº12.327

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9º-SºGO

CNAI nº 1592 - Sócio Sênior

Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2º-SºGO

CNAI nº 4747 – Auditor Sênior

Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8º-SºGO

CNAI nº 4850 – Auditor Sênior